

Política de Privacidade

Última atualização: 23 de Maio de 2018

INFORMAÇÕES AO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Responsável do tratamento

Centro de Procriação Medicamente Assistida

Contactos:

Rua D. Manuel II, 51-B

4050-345 PORTO

Tel: 22 606 2160 / 912 535 277

Fax: 22 605 4900

E-Mail: geral@ceie.pt

Finalidades do tratamento e fundamento jurídico

Os dados pessoais recolhidos neste formulário são sujeitos a tratamento tendo em vista as finalidades indicadas por quem procede ao contacto e que, basicamente, serão:

- **Marcações e registo inicial do paciente.**

Fundamento: interesse legítimo para a prestação da atividade de consulta, tratamentos ou exames pretendidos pelo titular dos dados e contactos para marcação, desmarcação ou confirmação.

- **Prestação de informações sobre serviços de saúde.**

Fundamento: interesse legítimo fundado na necessidade da prestação desses cuidados e derrogação da proibição de tratamento de categorias especiais de dados pessoais para efeitos de diagnóstico médico e prestação de cuidados ou tratamentos de saúde por força de um contrato com um profissional de saúde sujeito à obrigação de sigilo profissional.

Destinatários ou categorias de destinatários

Não existem outros destinatários dos dados recolhidos.

Prazos de conservação dos dados pessoais

Marcação de consultas: são mantidos até à marcação da primeira consulta, altura em que, a ocorre, passam a incluir o processo biográfico e clínico com a política de privacidade a eles associada e disponível no local da recolha desses dados. Caso não ocorra essa consulta, os dados pessoais são removidos no prazo de três meses.

Informações sobre serviços de saúde prestados: são mantidos pelo prazo de um mês após a resposta a esses pedidos de informação, exceto se tiverem dado origem a processo clínico, caso em que estão sujeitos à política de privacidade a eles associada e disponível no local da recolha desses dados.

Direitos do titular dos dados pessoais junto do responsável do tratamento

Nos termos da lei, o titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar ao responsável de tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, e a retificação ou o apagamento, ou a limitação do tratamento no que lhe disser respeito, e o direito de se opor ao tratamento, bem como o direito à portabilidade dos dados.

Direito de reclamação

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junto da Autoridade de Controlo Nacional (a definir por lei da Assembleia da República, de acordo com o artigo 3º da proposta de lei 120/XIII em discussão na AR, será a CNPD-Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Origem dos dados pessoais

Os dados pessoais são recolhidos através do formulário de contacto do Website.

Decisões automatizadas e definições de perfis

Não existem.

Qualquer esclarecimento ou informação adicional sobre este assunto poderá ser obtido através dos contactos do responsável de tratamento acima indicados.